

Sarney à oposição: o que discutir?

9 MAR 1986

Um apelo do presidente do PDS, senador José Sarney, às oposições: "Digam quais os temas que desejam discutir com o governo", dentro da proposta de trégua política do presidente Figueiredo e no sentido de que "abandonem posturas passionais, passando a ser responsáveis perante o destino do País".



E, no PDS, há quem queira saber exatamente o contrário — isto é, o que o governo deseja discutir com a oposição. Por exemplo: quais os termos e limites da trégua? O que o presidente pretende oferecer aos partidos oposicionistas para que suspendam as hostilidades contra o governo?

Essas dúvidas são do senador Aderbal Jurema, que apesar de ser vice-líder do governo não tem trânsito no Palácio do Planalto e, por isso, não pode perguntar diretamente ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, de que forma o presidente Figueiredo pretende utilizar a trégua política solicitada às oposições. Jurema recorreu, então, ao seu companheiro de bancada, senador Marco Maciel, para se informar junto a Leitão.

— A trégua política não constitui palavra solta no meio da mensagem presidencial — disse Sarney, em entrevista à imprensa, depois de se reunir com a cúpula do PDS e de ser recebido por Leitão de Abreu. — E desejo do governo. É cessação de hostilidades para a negociação e quem negocia não pode impor condições, tem de

perseguir a paz. Sem que os partidos oposicionistas percam sua identidade e alterem sua linha de conduta, é necessário que apontem quais as questões que podem ser negociadas para que se possa encaminhar o debate.

Sarney colocou como questão preliminar a discussão entre os partidos no Congresso, alegando que "o presidente não pode entrar antes que se realize a negociação a nível partidário".

— O negociador será o presidente da República. O instrumento de negociação será o partido.

O presidente nacional do PDS considerou "alentadoras" as declarações dos governadores eleitos; Leonel Brizola (Rio) e Tancredo Neves, bem como de "outras vozes legítimas e representativas da oposição a favor da trégua política e da negociação". Um repórter lhe perguntou como começaria a negociação e Sarney disse que a questão de método era irrelevante:

— Não devemos procurar o formalismo, e sim deixar que os fatos políticos se processem normalmente.

Mas a proposta de trégua não teria mais palavras do que atos? — foi outra pergunta. Resposta de Sarney:

— Na política, estou cansado de dizer a vocês, a palavra é parte da ação. O simples fato de estabelecermos que deve haver negociação já é, por si só, o início da negociação.

Reforma

Quanto à restrição do governador eleito de Minas, Tancredo Neves, às negociações, Sarney comentou:

A palavra inegociável não deve ser sequer usada na mesa do diálogo. Há um consenso no sentido de que o projeto de abertura do presidente João Figueiredo

deve ser coroado por uma ampla reforma da Constituição. O que importa é o que fazer e não como fazer. Podemos proceder a uma reforma da Carta Magna, com a amplitude necessária pelo atual Congresso. Podemos não chegar à convocação da Constituinte e nos entendermos em torno da ampla reforma da Constituição.

O senador José Lins, vice-líder do PDS, acha que "muita coisa nova vem por aí", a partir do momento em que Figueiredo definir os pontos em torno dos quais o entendimento político poderá ocorrer. Segundo ele, o comando político de seu partido deverá obter essa definição dentro de alguns dias, após Figueiredo "ter se inteirado do pensamento dominante no PDS a respeito dos grandes temas políticos e institucionais em debate".

Ele comentou ainda que o comportamento da oposição, atualmente, revela sensatez, maturidade e consciência da responsabilidade compartilhada que tem nos destinos do País. No caso do ex-governador Leonel Brizola, essa opinião coincide com a de algumas fontes militares ouvidas ontem em Brasília. Mas outras fontes militares desconfiam das intenções do governador eleito do Rio, que apoiou Tancredo Neves — para quem a trégua política proposta por Figueiredo deve servir de ponto de partida para negociações entre os partidos e o governo.

— Trégua não quer dizer silêncio, nem fim do diálogo ou passividade — comentou o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, ao visitar o presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, e o do Senado, Nilo Coelho (os dois na foto). — Quer dizer diálogo, negociação em busca do consenso sobre os grandes problemas nacionais.